

SUMÁRIO



Capítulo 1

INTRODUÇÃO	1
1.1 O titular de dados: sujeito de direitos da Lei Geral de Proteção de Dados ..	2
1.2 Sistema protetivo de dados.....	3
1.3 Estrutura adotada para o estudo do titular de dados.....	4

Capítulo 2

DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	11
2.1 Cidadão deslocalizado de si	13
2.2 Direito da organização dos dados, das informações e do conhecimento....	17
2.3 Existência jurídica dos dados pessoais no Brasil.....	21
2.4 Proteção de dados pessoais como direito fundamental	30

Capítulo 3

TITULAR DE DADOS: MOLDURA JURÍDICA DE UM CONCEITO	35
3.1 Titular de dados: aquele a que se referem os dados objetos de tratamento	36
3.2 Transversalidade do conceito jurídico de titular de dados	40
3.3 Titular de dados: pessoa física e pessoa jurídica	42
3.4 Titular de dados em seus aspectos privado e público	45
3.5 Titular de dados como <i>nomen juris</i> para LAIP e LGPD e a questão da capacidade jurídica	48
3.6 Titular de dados e a Lei de Acesso à Informação Pública: cidadania e democracia.....	51
3.6.1 Titular de dados e a cidadania	51

3.6.2	Titular de dados e o direito à verdade: legitimidade pelo procedimento.....	54
3.6.3	Titular de dados, LAIP e os Estados: a inefetividade das normas....	66
3.7	Titular de dados e o problema dos bancos de dados híbridos com interesses públicos	75
3.7.1	Corpo supliciado como chave de direitos	76
3.7.2	Titular de dados e os biobancos	82
3.7.3	Titular de dados e o interesse público	85
Capítulo 4		
	OS PRINCÍPIOS E OS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS.....	89
4.1	Proteção de dados pessoais como direito fundamental de intervenção nos modelos econômicos e tecnológicos	91
4.2	Questões acerca do consentimento do titular de dados	94
4.3	Um olhar sobre a complexidade do legítimo interesse.....	99
4.4	Princípios de proteção de dados pessoais como interligação ao direito novo	104
4.5	Direitos do titular de dados pessoais.....	113
4.5.1	Direito de requisição dos dados	114
4.5.2	Direito de confirmação da existência de tratamento.....	114
4.5.3	Direito de acesso aos dados	116
4.5.4	Direito de correção.....	117
4.5.5	Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade	118
4.5.6	Direito de portabilidade dos dados.....	121
4.5.7	Direito de apagamento ou eliminação dos dados pessoais: estão relacionados ao direito ao esquecimento?.....	125
4.5.7.1	Direito de eliminação de dados: memória e esquecimento.....	128
4.5.7.2	Titular de dados e o direito à verdade: o problema da <i>fake news</i>	135
4.5.7.3	Titular de dados e a história digital.....	140
4.5.8	Direito de informação sobre o compartilhamento dos dados ...	142
4.5.9	Direito de revogação de consentimento	147
4.5.10	Direito de petição à Autoridade Nacional de Proteção Dados, aos órgãos de defesa do consumidor, aos controladores e ao Poder Judiciário	148

4.5.11	Direito de oposição	152
4.5.12	Direito à gratuidade	153
4.5.13	Direito de revisão sobre as decisões automatizadas	154
4.5.14	Direito de vedação a tratamento em seu prejuízo	162
4.5.15	Direito à interpretação mais benéfica ao titular de dados	165
4.5.16	Direito à comunicação urgente em caso de vazamento	167
4.5.17	Direito à segurança da informação	169
4.5.18	Direito à inclusão digital: direito de não ser impedido de acessar serviços do controlador e o direito de não ser bloqueado por autoridades públicas	172
4.5.19	Direito de perseguição aos dados em qualquer lugar a qualquer tempo	175
4.5.20	Direito dos titulares crianças e adolescentes	176
4.5.20.1	Do consentimento específico e destacado dos pais ou responsáveis legais	179
4.5.20.2	Das práticas do controlador de dados de crianças e de adolescentes	181
4.5.20.3	Do tratamento diferenciado aos titulares crianças e adolescentes	183
4.5.21	Direito dos titulares mortos ou ausentes	184
4.5.21.1	Do início, meio e fim do tratamento de dados do titular morto, declarado morto ou ausente	186
4.5.21.2	Da tutela individual, coletiva e difusa dos dados do morto e do ausente	188
4.5.21.3	Discussões sobre os dados biométricos e genéticos do titular morto e ausente	190
4.5.21.4	Morte e privacidade: o que fazer com os dados do titular?	195
4.6	Sobre a vedação e a limitação dos direitos do titular de dados	197

Capítulo 5

AS RELAÇÕES JURÍDICAS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS E OS RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO	207
5.1 Titular de dados e os controladores: o uso da tecnologia para autodeterminar a própria memória e verdade	209
5.2 Titular de dados e os controladores: um novo processo de efetivação de direitos pela construção de pluralismos jurídicos	214

5.3	Titular de dados e a cadeia de consentimentos e legítimos interesses (CCLI)	222
5.4	Caráter vinculativo aos direitos dos titulares dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e dos planos de resposta a incidentes de segurança	223
5.5	Do término do tratamento dos dados do titular pelo controlador.....	227
5.6	Dos vazamentos de dados dos titulares.....	229
5.6.1	Vazamento de dados: definição e delimitação jurídica	230
5.6.2	Dos requisitos necessários para o controlador evitar ou afastar os efeitos do vazamento de dados	231
5.6.3	Pós-vazamento de dados: os direitos do titular de dados.....	235
5.7	Titular de dados, livre acesso e transparência: a prática.....	237
5.7.1	Da pesquisa feita aos controladores de dados.....	239
5.7.2	Escopos de cada questão.....	240
5.7.3	Aspectos a serem analisados pelas respostas dos controladores	243
5.7.4	Justificativas legais para se responder ao questionário	244
5.7.5	Da escolha somente de controladores privados.....	245
5.7.6	Respostas enviadas pelos controladores.....	245
5.7.6.1	Primeiro questionário – agosto de 2019	245
5.7.6.2	Segundo questionário – janeiro de 2020.....	246
5.7.7	Conclusões da pesquisa	246

Capítulo 6

	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O TITULAR DE DADOS: ESTUDO DE CASOS SOBRE O RECONHECIMENTO FACIAL E O DIREITO À INVISIBILIDADE	247
6.1	Inteligência artificial, mito e oráculo	251
6.2	Inteligência artificial e o titular de dados: a constituição do sujeito do futuro	256
6.3	Modelos de negócio baseados em reconhecimento facial: a monetização reificante do sujeito desconectado de si e de seus direitos	265
6.4	Direitos específicos do titular que tornam visíveis o reconhecimento facial e as tecnologias de inteligência artificial	272
6.4.1	Comunicação prévia virtual e real sobre a implementação do reconhecimento facial: implementação de práticas de visibilidade	274
6.4.2	Da múltipla autorização prévia e expressa	275

6.4.3	Do legítimo interesse para se utilizar do sistema de reconhecimento facial: interpretação restritiva.....	277
6.4.3.1	Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para fins privados.....	278
6.4.3.2	Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para interesse público.....	279
6.4.4	Do tempo e o do término do tratamento do reconhecimento facial.....	280
6.5	Direito à invisibilidade do titular de dados e o direito novo.....	281
	REFERÊNCIAS	291